

RESPOSTA AO QUESTIONARIO SOBRE **DOCUMENTO DE SANTARÉM**

01. O senhor poderia nos fazer memória do contexto, dos fatores e circunstâncias que levaram a Igreja a produzir o Documento de Santarém em 1972?

RESPOSTA. Estávamos no contexto eclesial do Concílio Ecumênico Vaticano II acolhido com entusiasmo pelos bispos da América Latina no encontro de Medellín (Colômbia) em 1968. Um contexto cheio de esperança, de otimismo e de propósitos de renovação ou uma versão latino-americana das propostas conciliares a favor da Igreja dos pobres e dos oprimidos. Se era em tempo de ditadura militar, mas não acredito que o documento de Santarém tenha sabor de resposta específica às problemáticas daquele momento histórico e, em particular, aos constrangimentos que a ditadura militar ia impondo pelo Brasil afora. O nosso documento, mais que à atualidade, era uma resposta à história da América Latina e das desavenças sofridas pelos seus povos ao longo de quase cinco séculos. No pior dos casos, a ditadura não fazia que recolocar à vista algumas das antigas e inesquecíveis pragas.

02. Qual a importância teológico-pastoral do Documento de Santarém para a Igreja da Amazônia dentro do Regional Norte 2.

RESPOSTA. Preciso antes de tudo que o documento é expressão não somente da Igreja do Norte 2 mas também da Igreja do Norte 1. Até aquele momento, as duas igrejas não tinham costume de trabalhar juntas, embora em alguns poucos casos se tivessem encontrado e tivessem tomado acordos a respeito de algum problema comum aos dois regionais. Em Santarém havia bispos e padres dos dois regionais, sem falar de dom Tomás Balduino que vinha do Goiás e de dom Pedro Casaldáliga que vinha do Mato Grosso. Sem falar de dom Ivo Lorscheider que era secretário da CNBB nacional e fazia ligação entre a igreja da Amazônia e a Igreja de todo o Brasil. Eu acho que, além de nos trazer o espírito e as expectativas da CNBB Nacional, ele ia levando de Santarém alguma coisa preciosa para a Igreja de todo o Brasil. Me refiro em particular a três decisões teológico-pastorais que podiam ser adotadas em todo o país, pois eram coisas novas e nunca ouvidas antes. A primeira decisão, chamada de **encarnação na realidade** dizia respeito a maneira da Igreja enfrentar a situação sócio religiosa da nossa imensa região. Não era mais suficiente estar na região, pois precisava se inserir vivencialmente nas agudas problemáticas das nossas populações, precisava sentir e sofrer tais problemáticas para lhes dar as respostas que o Evangelho nos teria sugerido. A segunda decisão, chamada de **pastoral libertadora**, indicava uma meta nova e estranha para a pastoral tradicional, pastoral que era de instrução doutrinal elementar e de simples acompanhamento fraterno a

paróquias e comunidades que, no melhor dos casos, se visitavam uma ou duas vezes por ano. A nossa pastoral devia libertar as pessoas e comunidades das condições de abandono em que se encontravam desde séculos: ignorância, pobreza, submissão, doenças, afasia e consciência em coma. A nossa pastoral devia ressuscitar as pessoas, se não as inteiras comunidades, vilarejos e cidades da região amazônica. A terceira decisão era a mais revolucionária que se pudesse imaginar naquela época e dizia respeito aos **agentes de pastoral**. Estes deviam compor três categorias de pessoas diferentes sim, mas com o mesmo peso e o mesmo empenho. Os agentes de pastoral deviam ser **presbíteros, religiosos e leigos**. As três categorias deviam ser preparadas nos mesmos ambientes (os institutos de pastoral de Manaus e Belém), enquanto, para a formação delas, deviam ser empregados recursos adequados e proporcionais a cada uma das três categorias.

03. Qual a fonte de inspiração do documento de Santarém ?

RESPOSTA. Acredito que se possa falar de fontes variadas e bem significativas naquele momento, a partir das lições do Concílio, da sua versão latino-americana operada em Medellín e assinada pelo papa Paulo VI, da teologia da libertação ainda longe de ser avaliada negativamente nos Estados Unidos e em Roma, e, sobretudo, do espírito de fraternidade e criatividade que, reinando na CNBB Nacional, se transmitia com relativa facilidade às filiais espalhadas pelo Brasil afora. À propósito das chamadas de entusiasmo que procediam da CNBB nacional, é bom

lembrar que ela tinha sido organizada e feita um tanto agressiva, no melhor sentido da palavra, por uma personalidade que bem cedo teria tido ressonância mundial: Dom Helder Pessoa Câmara, seu primeiro Secretário. Da minha parte ousaria acenar também para um fator menos evidente: a estima que, pouco a pouco, estava ganhando a religiosidade do nosso povo, aquela religiosidade popular que, saindo de um desprezo generalizado, começava a obter reconhecimentos de positividade e originalidade. O próprio Concílio ecumênico tinha feito apreciações a respeito de tal religiosidade, após ter reforçado e exaltado de maneira surpreendente o conceito de **povo de Deus**.

04. Em que sentido foram entendidos e utilizados os conceitos de encarnação na realidade e de pastoral libertadora?

RESPOSTA. Já falei um pouco acima de **encarnação na realidade**. Acrescento que tal ideia poderia ser de origem missionária, no sentido de que o missionário que chega à Amazônia vindo do exterior ou do sul do país, para desenvolver aqui uma atividade pastoral apropriada, precisa de uma preparação específica. Qual? Aquela preparação que se obtém conhecendo o ambiente com profundidade e competência, isto é vivendo na pele os condicionamentos e limitações que os autóctones estão aguentando desde séculos e percebendo que tais condicionamentos e limitações não são sempre razoáveis e precisam ser questionados e, eventualmente, rechaçados com sabedoria e decisão. Porém, não seria correto falar somente em dados negativos ou ambíguos, pois a encarnação na

realidade ajuda o missionário a se tornar consciente também dos valores do lugar e a fundar neles tanto o seu projeto de trabalho quanto a sua reação aos males acima acenados. Concluindo, o conceito de encarnação que entendo esclarecer è o mesmo que se encontra no credo cristão e afirma que Jesus é o Filho de Deus encarnado, ou seja feito biologicamente homem. A nossa encarnação será somente psicossocial e cultural, mas não pode não ser algo de paralelo e parecido com a encarnação assumida pela segunda pessoa da Trindade Santa.

A respeito, pois, da **pastoral libertadora** e em função de entender o seu específico e extraordinário alcance, tem que lembrar que tal pastoral era uma resposta à pastoral precedente que, desde séculos, reinava nas terras da Amazônia e era chamada de **pastoral da desobriga**, ou seja de pastoral que gozava da função de desobrigar o povo dos deveres que tinha com sua fé e com sua igreja. Quais deveres? Aqueles de se confessar e comungar uma vez por ano, aqueles de celebrar casamento na igreja e batizar os filhos, aqueles de santificar as festas comandadas e honrar com todas as forças o santo padroeiro do lugar. Se queremos, se tratava de uma pastoral razoável e até logica, vistas as distâncias que separavam as comunidades do interior dos seus centros paroquiais responsáveis. Mas precisa pouca reflexão para entendermos que tal pastoral não podia mudar as condições de dominação e exploração em que viviam as cidades e os interiores da região. Ao contrário, a pastoral da desobriga podia ser praticada precisamente para que as coisas ficassem como eram ou, pior ainda, para que aquelas situações de isolamento e maldito aprisionamento fossem

abençoadas e justificadas. Em presença de tais situações, a **pastoral libertadora** podia, em vez, servir como um raio de luz que ia iluminar aquele triste panorama e determinar intervenções que deviam ir muito além das novenas, confissões, comunhões e procissões. A pastoral libertadora devia ser praticada em dois sentidos. Em primeiro lugar devia conscientizar as pessoas a respeito do estado injusto e deprimente em que eram obrigadas a viver. Em segundo lugar, a pastoral libertadora devia acertar os meios e as iniciativas práticas a empreender para que as comunidades pudessem superar aquelas desumanas circunstâncias. Como? Utilizando para tudo isso os instrumentos que deviam ser próprios das três categorias de agentes de pastoral acima alistadas: transformando vilarejos e povoados em comunidades de base, oferecendo instrução básica para adultos, e caracterizando a catequese, a liturgia, a mais ordinária pregação homilética como ponto de partida para um mundo novo e mais justo.

05. Qual alcance cultural, político e social o documento proporcionou para a Igreja dentro do Regional?

RESPOSTA. Acredito que o maior sucesso do documento diga respeito tanto à conscientização dos próprios agentes de pastoral e dos povoados que, reunindo-se nas capelas, viravam comunidades de base, quanto à aparição de uma consciência popular nova e capaz de se empenhar numa ação social e politicamente mais correta e mais justa. Quero dizer que a pastoral libertadora não se contentava em aliviar os sofrimentos e constrangimentos do povo

oprimido, mas soube lançar o mesmo povo na aventura de enfrentar e endireitar situações consideradas antes desesperadoras. Numa palavra, a pastoral libertadora revelava de ser capaz de dar ao povo uma nova educação, uma nova consciência de si mesmo tornando-o capaz de sonhar e construir não somente o Reino de Deus na terra mas também uma nova pátria, um novo Brasil. Mas será que tudo isso ia dar à própria Igreja um arranjo mais moderno e mais de acordo com sua natureza e função? Sem dúvida nenhuma. Feita capaz de mexer na realidade do povo, a Igreja conseguia duas metas de valor incalculável: liberando o povo de um estado de dominação, o tornava capaz de melhorar tanto a sociedade amazônica quanto o Brasil inteiro. Em segundo lugar, aqueles agentes de pastoral leigos que, numerosos e corajosos se empenhavam ao lado de padres, religiosos e bispos, davam à Igreja uma nova constituição, fazendo com que a Igreja viesse a se sustentar não somente pelo clero mas também por representantes leigos que restituíam ao povo inteiro a oportunidade de se sentir responsável pelo presente e futuro da Igreja. Nada de melhor para que a Igreja começasse a se sentir e agir como um povo, como o **Povo de Deus.**

06. Qual foi o objetivo central do documento de Santarém dentro dos Regionais 1 e 2?

RESPOSTA. Em base às respostas já dadas, acredito que se possa afirmar o seguinte: o Documento de Santarém queria renovar não somente a linha pastoral, mas também a própria Igreja como um todo. Também pode ter acontecido que, com aquela renovação já

visível na área pastoral e na Igreja como um todo, num primeiro tempo não se fizesse suficiente ligação com o que estava acontecendo na sociedade civil brasileira. Se era em tempo de restrições e nada razoável rigidez na área civil e isso podia impedir que se avaliasse na medida certa as aberturas e profundas mudanças que estavam acontecendo na área religiosa. Em todo caso, o despertar da Igreja para um empenho mais amplo na solução de problemas internos e externos a si mesma, se revelou brilhantemente favorável para as áreas populares mais esquecidas pelo governo e pela justiça. Se pense, por exemplo, a quanto fez a Igreja naquela época metendo mão para a defesa e o progresso das tribos indígenas (cfr. Criação do CIMI -Conselho Indigenista Missionário-) e para a segurança e os direitos elementares de posseiros e sem terra (Cfr. Comissão Pastoral da Terra). Ainda hoje, aumentam a cada ano as vítimas de pistoleiros e fazendeiros colhidas entre camponeses e agentes de pastoral tanto leigos quanto clérigos.

07. Qual a ressonância, o impacto e a aceitação do documento de Santarém dentro do Regional Norte 2?

RESPOSTA. A minha impressão e a minha memória levam em conta duas formas de reação e recepção do Documento de Santarém. Falaria numa reação de timbre incisivo e transformador, como primeiro caso, e numa reação e recepção de timbre tépido e pouco definível, no segundo caso. Quero dizer que uma grande porção das igrejas da região (uns dois terços) reagiram positiva e criativamente ao aparecer do Documento de Santarém, enquanto a outra terceira

parte não se esquivou de tomar alguma providência contra fazendeiros, pistoleiros e policiais, mas não assumiu a visão global do documento em questão e ficou à metade do caminho entre aquilo que era exigido pela Igreja e aquilo que era exigido pela política pintada de ditadura militar. Entre os próprios bispos, padres, religiosos e leigos que se declaravam católicos havia duas maneiras de pensar: uma a favor de uma Igreja renovada, corajosa e resistente aos ditados da política autoritária, até o ponto de vários darem sua vida, a outra a favor de uma atitude possibilista e conciliante em relação aos preceitos do governo militar. Querendo traçar uma lista das igrejas independentes em relação à ditadura, falaria em Santarém, Óbidos, Xingú, Conceição de Araguaia, Marabá, Cametá, Abaetetuba, Ponta de Pedras e Macapá. Do outro lado se achava uma fileira de igrejas bem mais reduzida mas com o poder de contrastar a posição oposta e criar incertezas e protestos. A segunda fileira contava, de fato, com a arquidiocese de Belém e com as prelazias de Bragança e Marajó. Pouca coisa, a primeira vista mas tinha que levar em conta com acerca metade da população do estado, além de ser arquidiocese e matriz de todas as outras igrejas. Em particular, ocorre também lembrar que, em Belém, o exército brasileiro tinha sua central ao lado do palácio da Arquidiocese, obrigando uma notável parte da população a cogitar numa continuidade da história antiga e recente e numa aliança tanto criticável quanto compreensível.

O8. Qual o valor e importância histórica do Documento de Santarém para a Igreja da Amazônia e para a sociedade.

RESPOSTA. A resposta à oitava questão pode ser contida nas duas precedentes, mas posso acrescentar algo que caracteriza mais o assunto em questão. O documento de Santarém colaborou a que a Igreja do Brasil se distinguisse definitivamente do estado brasileiro, pois a diferença entre os dois ficava cada vez maior e mais evidente. A política do Brasil devia ser reservada uma vez por sempre ao parlamento e ao governo, enquanto a ação social e as providências contra a pobreza e a injustiça podiam ser programa de ambos. Do estado por razão de direito e de responsabilidade. Da Igreja enquanto capaz de animar e endireitar as lutas sociais conformando-as às exigências da fé e da Palavra de Deus. Não era necessário que as duas entidades brigassem em relação aos direitos de todos os brasileiros, mas era muito oportuno que cada qual das duas fizesse a própria parte e se estabelecesse entre as duas uma relação permanente de dialética esclarecedora.

09. Qual a importância histórica do Documento de Santarém para a história da Igreja da Amazônia?

RESPOSTA. Aquele Documento serviu, sem dúvida nenhuma, para criar uma nova relação entre a Igreja da Amazônia e a Igreja do Brasil. Baste lembrar que as duas viviam como mundos diferentes e separados por dois graves razões: as distâncias físicas entre as duas regiões e as distâncias de origem histórica, em particular aquela surgida aos tempos do Marquês de Pombal e destinada a fazer da Amazônia um território metropolitano de Lisboa, enquanto o restante do Brasil

continuava a ser uma simples região do império português governada por pessoal brasileiro. Foi naquela época que se começou a falar de igrejas irmãs, isto è de igrejas do sul que iam fraternizando com as igrejas da Amazônia, destinando para nós pessoal e meios econômicos consideráveis. No começo dos anos noventa, me lembro de ter redigido um caderno que descrevia varias situações eclesiais da Amazônia, definindo a região inteira como missão doméstica. Em que sentido? No sentido de que a Igreja brasileira devia se dedicar a dois tipos de atividade missionária: um tipo que fosse a favor da Amazônia, isto è da missão doméstica, e um tipo que fosse a favor de terras missionárias existentes na África e na Ásia.

10. As igrejas da Amazônia recebiam algum incentivo para seus projetos provindos da Superintendência do Plano de valorização econômica da Amazônia (SPVEA)?

RESPOSTA. Só uma vez ouvi falar deste assunto em ambiente eclesiástico. Se era em novembro de 1966 e se celebrava um dos primeiros encontros inter-regionais das igrejas amazônicas. Eu participava deste encontro como secretário de Dom João Gaza bispo prelado de Abaetetuba e vim conhecer aí um inesperado grande amigo. Quem era? Era o cônego Ápio Campos, presbítero de Belém e acompanhante do senhor Arcebispo Dom Alberto Gaudêncio Ramos. O cônego Ápio Campos, aquele que, em seguida e com outros insignes representantes da UFPa , teria criado o curso de filosofia e teologia naquela universidade e teria confiado para mim a coordenação do mesmo (em

1974), me informava de ser membro da SPVEA e, ao mesmo tempo, representante da Arquidiocese. O que me deixa imaginar que os membros eclesiásticos da SPVEA estavam tramitando sustentos econômicos para projetos pastorais a serem desenvolvidos na capital e no interior. A partir daquela data (novembro de 1966) nunca mais ouvi falar da SPVEA, nem sequer quando participei, na UFPa, de um curso de pós-graduação destinado a preparar pessoal que se dedicasse ao futuro sócio-econômico da nossa região (1973).

11. Qual a relação da Igreja com as políticas do governo militar concentradas no Plano de Integração Nacional chefiado e desenvolvido pela cúpula militar?

RESPOSTA. Nunca ouvi falar deste plano, mas acredito que a SUDAM estivesse substituindo a SPVEA e ligasse não tanto com as Igrejas da região, mas somente com alguns de seus representantes, isto é com padres, freiras, diáconos e leigos qualificados ao interno da própria comunidade eclesial.

12. Antes que aparecesse o Documento de Santarém, havia alguma relação de simpatia e colaboração entre o Presidente Juscelino K. e a Igreja do Brasil em geral?

RESPOSTA. Não vivi de alguma maneira á época e o clima otimista criado pela presidência de Juscelino K. Mas posso imaginar que o relacionamento entre as duas entidades não foi aquele do tempo de Getúlio e ainda menos aquele do tempo da ditadura militar. Considero que entre Juscelino e a Igreja houvesse mais

um acordo tácito do que uma aliança interessaria parecida com a que existiu entre a Igreja brasileira e Getúlio. Considero que Juscelino não precisasse assinar acordos ou alianças com a Igreja do país. Ele tinha sido seminarista e era basicamente um bom cristão e estava deixando que a Igreja trabalhasse com ampla liberdade e em dependência de princípios autônomos. Contudo, esta minha avaliação não procede de uma literatura que eu tenha estudado ou analisado. É como algo que sinto existir no ar da história, mas que poderia ter-me jogado em grosseiro engano.

13. A quarenta e um anos da redação do Documento de Santarém, como o senhor avaliaria a aplicação que dele foi feita em termos de renovação da pastoral e da postura da Igreja em relação à realidade social e asperamente problemática do país?

RESPOSTA. Teria louvores a expressar em relação ao trabalho pastoral confiado e assumido generosamente por centenas e milhares de leigos e leigas das duas regiões eclesiais. Se pense, por exemplo, à prelazia do Xingu que, em termos territoriais é maior do que a Itália mas que conta com mil agentes de pastoral leigos, com umas trinta religiosas e uns quinze/vinte presbíteros em grande parte nativos desta região. Mas, ao mesmo tempo tenho que observar que o clericalismo -aquela míope tradição eclesial que confia quase exclusivamente com os padres e sua sagrada operosidade, não entrou decisivamente numa fase de enfraquecimento e/ou extinção. Ao contrário, não seria fácil constatar que o clericalismo continua com efervescência e pompa

tanto insignificante quanto vistosa e desviante. Se vejamos por exemplo as cerimônias litúrgicas que nunca acabam, as fileiras de coroinhas vestidas de bispos e cardeais, a importância exagerada que ganharam e ganham os padres cantores, o ensino abstrato e teórico que vem sendo oferecido nos seminários e, antes de qualquer coisa, a multiplicação dos diáconos permanentes. Estes dados que, por serem de aparência sagrada, podem ser vistos com interesse e simpatia pelo povo mais simples, não provam a real existência de uma onda de renovamento e transformação da Igreja amazônica ... Diria, com pouca hesitação, que a resposta dos leigos foi maior e mais incisiva do que a resposta do clero. Enquanto os leigos tombavam por toda parte, em poucas igrejas os padres tinham a coragem de afirmar que a luta pela terra podia ser considerada uma luta de derivação eucarística. A terra produz o pão, aquele pão que todo mundo pode receber na missa e deve ter em casa para si e para sua família. A minha impressão é que a pastoral oficial não foi suficientemente clara em relacionar a liturgia e a formação cristã com as problemáticas sociais. Não chegou a dizer que quem come o pão eucarístico na missa deveria dividir seja o pão que tem em casa, seja a terra que o produziu. Dito de outra forma, o clero teve raramente a coragem de insinuar que a função ministerial dos leigos na liturgia devia ter reflexos determinantes no enfrentamento de problemáticas sociais de antiga origem: a necessidade dos camponeses terem terra, dos operários terem empregos e salários adequados, dos doentes terem uma assistência irrenunciável, das crianças e jovens terem uma escola que ensina tanto a pensar quanto a

viver responsabilmente e a trabalhar, da administração da justiça ser igual e paritária tanto para ricos quanto para pobres... Façamos o exemplo da preparação para a crisma, para o sacramento que deveria colocar cada cristão à disposição de toda a comunidade, seja que fique leigo seja que escolha de conseguir uma ordenação ministerial de diácono ou sacerdote. E bem, na preparação à crisma se fala também de vocacionados, mas de quais vocacionados? Somente daqueles que poderão escolher o sacerdócio ou a consagração religiosa. Dos que irão ser educadores, advogados, comunicadores, cientistas, políticos, artistas ou simples genitores de família não se dirá absolutamente nada, por serem considerados sem vocação. É horrível que o 99,99 por cento dos batizados na Igreja católica seja considerado sem vocação nas paróquias e dioceses de todo o Brasil.

Belém, 8 de outubro de 2013.

Pe. Savino Mombelli